

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No início do ano letivo de 2021/2022, havia mais de 50 mil alunos à espera de professor, de acordo com os cálculos feitos pela Federação Nacional dos Professores. A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve são as regiões mais afetadas.

O envelhecimento do corpo docente tem tido um impacto crescente na falta de profissionais em vários grupos de recrutamento. Entre 2009/10 e 2019/2020, saíram 35 mil professores e estima-se que, até 2030, saiam 50 mil docentes dos quadros. No entanto, a aposentação de docentes esta não é a única explicação para a falta de profissionais.

O impacto da saída de profissionais por aposentação tem sido agravado pelo abandono da profissão devido à desvalorização da carreira docente ao longo dos anos. Uma perda de atratividade da profissão que se traduz também numa queda acentuada do número de estudantes que tiram cursos vocacionados para a docência do ensino básico secundário - uma queda de 70% nos últimos 20 anos, de acordo com os cálculos apresentados pelo jornal *Público* (2 de outubro de 2021).

Estes dados são preocupantes, mas também são previsíveis. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem alertado para estes problemas e apresentado diversas iniciativas para a valorização da carreira. Por exemplo, o Projeto de Lei 551/XIV/2, proposto pelo GPBE, criava um regime de compensação a docentes deslocados. E a Lei 47/2021, de 23 de julho, com origem num projeto do Bloco de Esquerda, determina uma revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário que atenda aos critérios do “[r]espeito pela graduação profissional e eliminação de ultrapassagens”, de uma “[v]inculação de docentes contratados mais célere e sistemática”, da “[i]nclusão dos horários incompletos para efeitos de mobilidade interna” e da “[a]lteração dos intervalos horários”.

Infelizmente o PS e o Governo não têm estado disponíveis para estas soluções. É difícil fazer com que os mais jovens queiram formar-se como professores e que os profissionais queiram voltar à profissão, quando a média de idades dos professores que este ano se vincularam à

carreira é de 46 anos. São profissionais que enfrentam mais de 20 anos como precários, sem perspetiva de progressão até ao topo da carreira e sem apoio às despesas acrescidas quando são professores deslocados.

Esta falta de professores não pode ser disfarçada com expedientes administrativos que apenas atrasam a solução de um problema real. Conforme informações divulgadas pela comunicação social, estarão a ser atribuídas turmas no início do ano letivo que se irão reformar durante o primeiro período. O *Jornal de Notícias*, de 5 de outubro, avança a informação de que parte dos 223 docentes que se aposentaram em setembro e dos 216 professores que se aposentam em outubro podem ter tido turmas atribuídas. A confirmar-se essa situação, diferente de anos anteriores, há turmas que estão a iniciar o ano letivo com professores que vão sair da escola a muito breve prazo. Dessa forma, atrasa-se a atribuição de horários a outros professores, prejudicando a sua vida profissional e prejudicando o percurso escolar dos alunos em causa.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Educação, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento de quantos professores que se irão aposentar durante o primeiro período têm turmas atribuídas?
2. Que medidas pondera o Governo tomar para resolver o problema da falta de professores?

Palácio de São Bento, 11 de outubro de 2021

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)